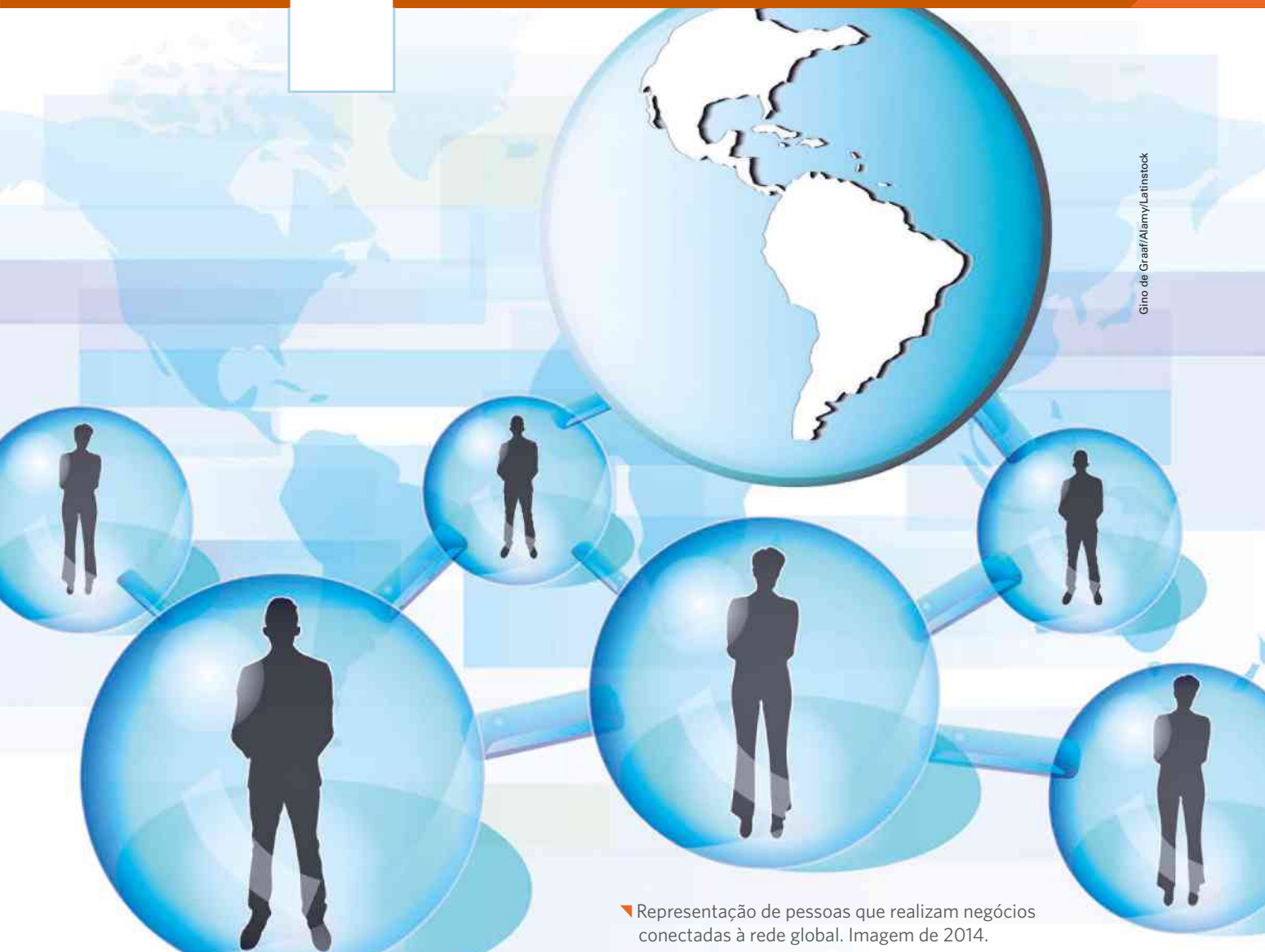


O capitalismo e a organização do espaço globalizado

Gino de Graaf/Alamy/Latinstock



Representação de pessoas que realizam negócios conectadas à rede global. Imagem de 2014.



Uma nova economia surgiu em escala global nas duas últimas décadas. Chamo-a de informacional e global [...].

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 119. (Adaptado.)

A globalização e a sociedade da informação caracterizam a economia mundial. Até atingir esse estágio, o mundo viveu um longo processo de surgimento e mudanças de teorias e sistemas econômicos e, principalmente, de novas tecnologias, como veremos nesta Unidade.

Do capitalismo comercial à revolução do conhecimento

KTSDSIGN/SPL RF/Latinstock



▼ Estabelecimentos bancários, cartões de crédito, talões de cheques, aplicações financeiras, **mercado de capitais**, cotação das Bolsas de Valores, do dólar e do ouro — termos estreitamente relacionadas ao dinheiro e tão familiares no cotidiano das pessoas — compõem o mecanismo que faz funcionar o sistema econômico e social que rege o mundo de hoje: o capitalismo. Na imagem de 2015, moedas e notas junto a um globo de metal.

0 desenvolvimento do capitalismo

O capitalismo teve origem na Europa, entre os séculos XIII e XIV, com o renascimento urbano e comercial e o surgimento de uma nova classe social: a **burguesia**, que se dedicava ao comércio e a atividades financeiras.

A partir do século XV, com as Grandes Navegações, expandiu-se para outros lugares do mundo (Ásia, África, América, Oceania), que foram integrados à economia mundial como colônias.

Os principais mecanismos do capitalismo se alteraram ao longo do tempo para se adaptarem às novas formas de relações políticas e econômicas

estabelecidas entre as nações. Para entender melhor sua evolução, vamos considerar quatro fases principais nesse processo: *capitalismo comercial ou pré-capitalismo*; *capitalismo industrial*; *capitalismo financeiro ou monopolista*; e *capitalismo informacional*.

Mercado de capitais: é um sistema que reúne atividades ligadas ao capital financeiro. É representado por bancos comerciais e de investimentos, Bolsas de Valores e sociedades corretoras. Esses agentes negociam ações, títulos públicos e privados, moedas (câmbio) e *commodities* (produtos agrícolas e minerais).

Burguesia: classe social do regime capitalista, composta de banqueiros, industriais, comerciantes (de roupas, joias e especiarias), etc. O termo *burguesia* surgiu na Idade Média e recebeu esse nome porque os indivíduos que pertenciam a essa classe social viviam nos burgos, ou seja, cidades afastadas e protegidas por um muro.

Capitalismo comercial ou pré-capitalismo

Corresponde ao período das Grandes Navegações e do **colonialismo**, quando novas terras, principalmente do continente americano, ou Novo Mundo, tornaram-se conhecidas, como se pode ver no mapa abaixo.

Nessa época, países da Europa ocidental (Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda) conquistaram vastas áreas na América e fizeram dos territórios recém-conquistados suas colônias.

A descoberta de novas rotas marítimas criou condições para que as potências europeias da época se lançassem ao mar em busca da expansão comercial, financiadas pelas companhias de comércio, instituições financeiras e monarquias absolutas.

As monarquias apoiavam o comércio segundo a doutrina mercantilista — um conjunto de práticas econômicas que vigorou na Europa entre o século XV e o final do século XVIII. Para garantir a prosperidade da nação, as políticas mercantilistas defendiam a forte intervenção do Estado na economia e pregavam a ideia de que a riqueza e a importância de um país eram medidas pela quantidade de metais

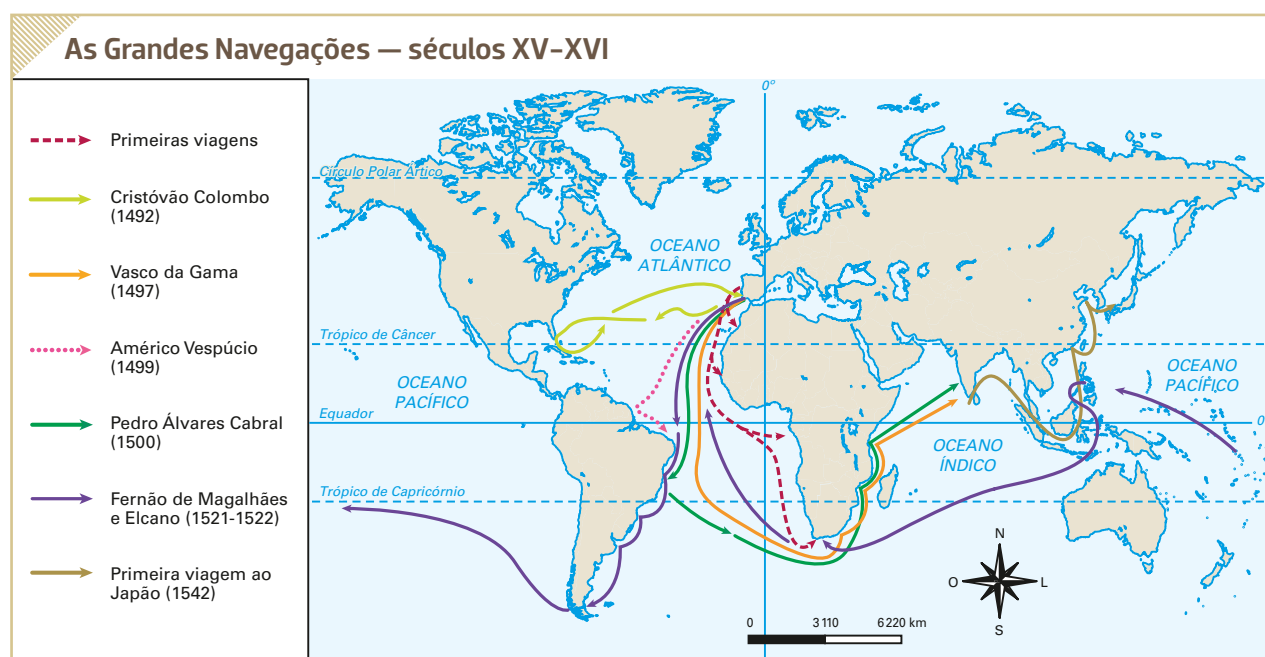
Colonialismo: conjunto de práticas políticas, econômicas e militares que visa à aquisição de territórios por meio da conquista e estabelecimento de colônias.

preciosos acumulados (metalismo). Assim, a política adotada deveria favorecer as exportações e diminuir as importações para criar uma *balança comercial favorável*.

O mercantilismo adotava também a política do protecionismo, uma série de medidas para proteger as manufaturas nacionais, obrigando as colônias a seguirem o pacto colonial — elas poderiam fazer comércio apenas com sua respectiva metrópole, fornecendo matérias-primas e comprando seus produtos manufaturados.



▶ O lucro com o comércio de escravizados permitiu significativa “acumulação primitiva de capitais”, que era remetido integralmente à metrópole. Na imagem, *Mercado da rua do Valongo*, litografia de Jean-Baptiste Debret (1834-1839).



Adaptado de: DUBY, Georges. *Atlas Historique Mondial*. Paris: Larousse, 2007. p. 40.

▶ As potências europeias, principalmente Portugal e Espanha, enriqueceram-se e fortaleceram-se com a atividade comercial e o colonialismo desse período.

Os lucros obtidos com o comércio colonial eram muito altos e essa rentabilidade permitiu o acúmulo de capitais, que muitos estudiosos chamam “acumulação primitiva de capitais”. Mais tarde, esse capital acumulado financiou a Revolução Industrial. Por esse motivo, o período comercial do capitalismo pode ser chamado *pré-capitalismo*, pois permitiu o desenvolvimento do que muitos consideram o início do verdadeiro capitalismo: a sua fase industrial.

Capitalismo industrial

Na segunda metade do século XVIII, quando a atividade produtiva era caracterizada pelo **artesanato** e pela **manufatura**, na Grã-Bretanha ocorreram várias mudanças tecnológicas, sociais e econômicas que ficaram conhecidas como Revolução Industrial, cuja primeira etapa durou de 1780 a 1860.

O surgimento e a expansão de invenções e do uso de novas fontes de energia, como a máquina a vapor movida a carvão, transformaram a produção de mercadorias e multiplicaram a produtividade do trabalho.

Assim, a manufatura tornava-se indústria, a sociedade e o capitalismo passavam a ser industriais, e a Grã-Bretanha tornou-se o centro financeiro e a grande “fábrica” do mundo.

Com a Revolução Industrial, houve também uma revolução nos meios de transporte: a criação do trem e do barco a vapor favoreceram a circulação de pessoas e de produtos industrializados.

Nessa etapa do capitalismo, desenvolveu-se a divisão entre *capital* e *trabalho*. Os *meios de produção* (fábricas, comércios, propriedades rurais, minas, etc.) e a *propriedade privada* se concentravam nas mãos de poucas pessoas: a burguesia, enquanto a maioria da população possuía apenas sua *força de trabalho*, que podia ser vendida mediante um salário.

A produção industrial tornou-se a maior fonte de lucro, e o trabalho assalariado passou a ser a relação típica do capitalismo: quem recebia salário acabava consumindo os produtos que ajudava a fabricar. No entanto, o lucro do capitalista não era proveniente apenas dessa relação.

Segundo Karl Marx (1818-1883), um dos maiores críticos do capitalismo, o lucro dos proprietários dos meios de produção advinha da prática da *mais-valia*. Na sociedade capitalista, o empregado produz mais lucro para o patrão do que o salário que lhe é pago. Por exemplo: o trabalhador tem uma jornada de seis horas diárias; entretanto, em cinco horas, ele produz um valor equivalente ao salário de seis horas, sendo o valor da outra hora apropriado pelo capitalista. Em resumo, o que é produzido nessa sexta hora é a *mais-valia*: o trabalho não pago ao operário e que é

Artesanato: arte e técnica do trabalho manual não industrializado, realizado por artesão, e que não é produzido em série.

Manufatura: caracteriza-se por um estágio intermediário entre o artesanato e a indústria que se desenvolveu a partir do século XVI na Europa. Baseava-se em atividades realizadas manualmente ou em máquina caseira.

▼ A Revolução Industrial facilitou a expansão dos transportes na Grã-Bretanha e em outros países europeus, como França, Alemanha, Itália e Rússia.



Adaptado de: LEBRUN, François (Dir.). *Atlas Historique*. Paris: Hachette, 2000. p. 38.

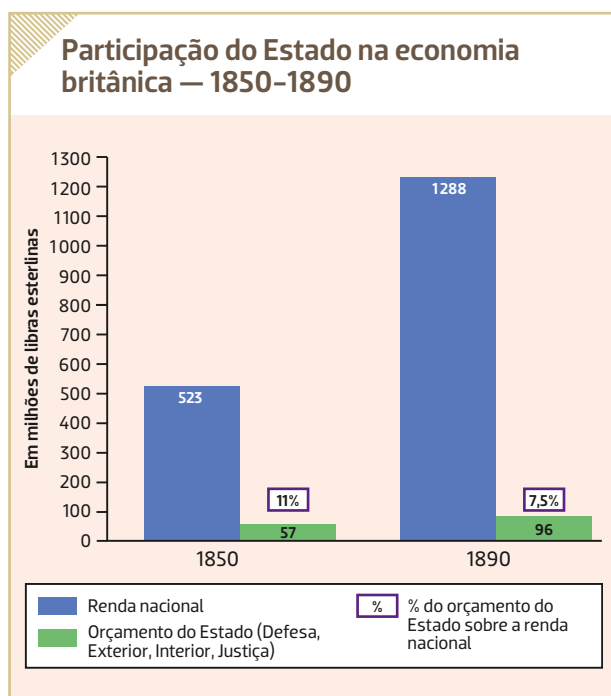
transformado em lucro pelo proprietário dos meios de produção ou capitalista.

Diferentemente do período mercantilista, durante o qual o Estado intervinha na economia, essa etapa do capitalismo se caracterizou pela intervenção cada vez menor do Estado, provocando mudanças que contribuíram para a consolidação do capitalismo como sistema econômico e para o surgimento de uma nova doutrina econômica: o liberalismo.

A teoria do *liberalismo econômico* foi defendida pelo economista e filósofo Adam Smith (1723-1790), em seu livro *A riqueza das nações*, publicado em 1766. Para ele, ao Estado caberia apenas zelar pela propriedade e pela ordem.

Segundo os princípios liberais, o capitalismo é um sistema de livre-iniciativa, cujo objetivo é o *maior lucro possível*. Trata-se de uma *economia de mercado* regulada pela lei da oferta e da procura, em que a concorrência estimula os empresários a reduzir custos e a investir em constantes inovações técnicas e tecnológicas.

Nesse período, as ideias liberais da burguesia passaram a dominar nos países europeus, atingindo principalmente a economia. Os economistas eram favoráveis à liberdade total do mercado, pois, segundo eles, a concorrência de preços promoveria o equilíbrio. Veja no gráfico abaixo como era pequena a participação estatal na economia com a política do liberalismo econômico.



Adaptado de: SÁNCHEZ, J. A. et al. *Atalaya: Historia del mundo contemporáneo*. Barcelona: Vicens Vives, 2008. p. 29.

No fim do século XIX, uma Segunda Revolução Industrial transformou outra vez a economia e a sociedade das potências europeias. A utilização de importantes descobertas científicas (automóvel, telefone) e de novas fontes de energia (petróleo e eletricidade), além do surgimento de uma nova organização de trabalho (especialização do trabalhador em uma etapa de produção), permitiram um grande desenvolvimento à produção industrial, ao comércio e aos transportes. Como consequência, as trocas comerciais se intensificaram, e alguns países fora da Europa se industrializaram: Estados Unidos, Canadá, Japão.

Ao mesmo tempo, as empresas experimentavam novas fórmulas financeiras e empresariais. O capitalismo industrial tornava-se também financeiro e, mais tarde, monopolista, quando bancos, corretoras de valores e grandes empresas iniciaram o processo de concentração de capital.



Everett Collection/Easypix.com.br

▼ Mulheres trabalhando em moinho de algodão que fornecia fios para tecelagem. Málaga, Espanha, em 1898.

Capitalismo financeiro ou monopolista

O crescente aumento da produção e a expansão da indústria para outros países, no final do século XIX, desencadearam disputas por novos mercados consumidores e também por fornecedores de matérias-primas entre os países industrializados da Europa. Como nessa época muitas das antigas colônias na América já haviam conseguido sua independência, as potências europeias estenderam seus domínios para outros pontos do globo e partiram

em busca de novas colônias na África e na Ásia, dando início à partilha desses dois continentes, período que ficou conhecido como *imperialismo*, como se pode ver no mapa a seguir.

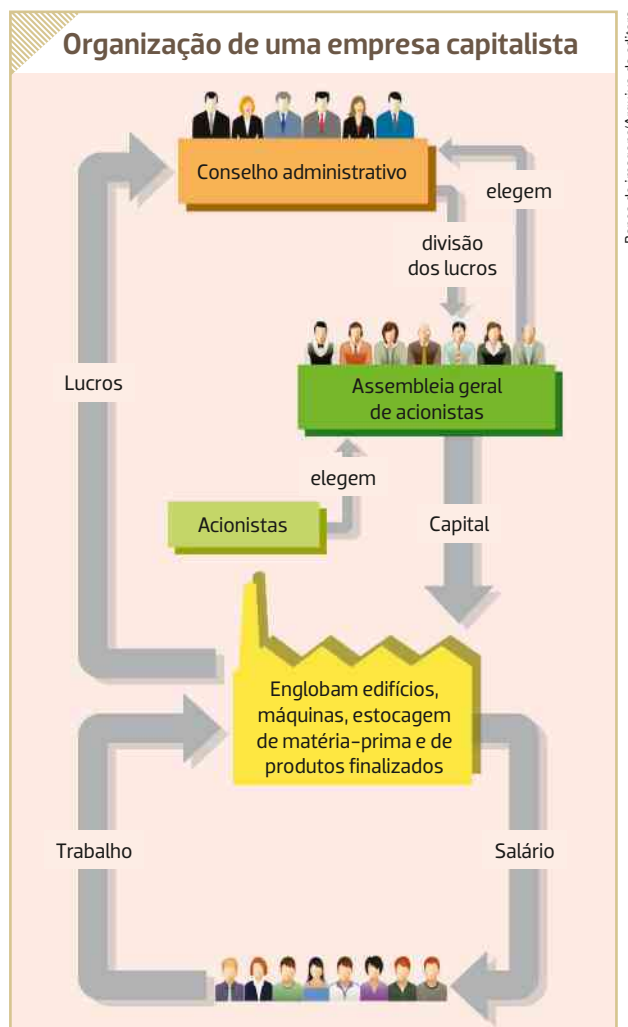


▼ A partilha imperialista da África reforçou o relacionamento que havia entre metrópoles e colônias no período do capitalismo comercial, consolidando uma **Divisão Internacional do Trabalho (DIT)**, na qual, agora, as metrópoles continuavam recebendo matérias-primas das colônias, mas enviavam para estas produtos industrializados no lugar dos manufaturados do colonialismo.

Nesse cenário, a atividade industrial e a economia passaram a ter um crescimento acelerado, e o funcionamento das empresas se tornou mais complexo, o que possibilitou aos bancos assumirem um novo papel. Assim, o capital tornou-se essencial para o funcionamento das empresas. Para atrair recursos, muitas empresas se tornaram *Sociedades Anônimas* (S.A.) e passaram a emitir **ações**. Nessas empresas, o capital é dividido em partes, as ações são distribuídas entre os sócios ou vendidas ao público.

Divisão Internacional do Trabalho (DIT): especialização dos países nas relações comerciais, que gera uma divisão produtiva entre países ou regiões.
Ação: parcela em que se divide o capital de uma sociedade anônima.

Veja o esquema a seguir para entender melhor como se organiza uma empresa capitalista.



▼ O dono das ações (acionista) possui uma fração correspondente ao número de ações que detém e recebe uma parte proporcional dos lucros (dividendos). As ações são negociadas nas Bolsas de Valores, que funcionam como um mercado de capitais.

A união do capital industrial com o capital de financiamento (bancário) deu origem ao capital financeiro e fortaleceu os bancos como outro tipo de instituição financeira: os bancos de investimentos especializados em empréstimos a longo prazo, que participavam do capital das empresas. Desenvolveram-se as corretoras de valores e os grandes grupos empresariais, iniciando o processo de concentração de capital.

Com as fusões de empresas e os acordos entre bancos e indústrias, surgiram grandes corporações que passaram a controlar o mercado e a impor seus preços, tornando a livre concorrência bastante limitada.

A concentração de capital nas mãos de poucas pessoas ou empresas trouxe, como consequência, a *monopolização* e, depois, a *oligopolização* de vários setores da economia, que passaram a ser dominados por grandes grupos econômicos (veja o boxe a seguir).

Embora a formação de oligopólios limitasse a concorrência, o domínio do mercado pelas grandes corporações, em suas diferentes formas, contribuiu para levar o capitalismo a uma etapa ainda mais competitiva e, consequentemente, a uma grande concentração de capitais.

Nesse panorama, o liberalismo continuava a ser a política econômica, mas o Estado já dava os primeiros sinais de intervenção na economia. Essa intervenção ocorreu, sobretudo, quando a liberdade excessiva dos mercados, somada ao cenário mundial do período entreguerras, resultou na crise de 1929, em razão da quebra da Bolsa de Valores de Nova York. Essa crise abalou o sistema capitalista e causou falências, diminuição da produção e desemprego generalizado. Diante disso, o papel econômico do Estado aumentou para evitar a repetição de uma crise de tão grande magnitude e para reestruturar a economia.

Os monopólios e os oligopólios

Ocorre monopólio quando uma empresa domina a oferta de determinado produto ou serviço. Uma forma mais aprimorada de monopólio é o oligopólio, situação em que um grupo de empresas domina o mercado de determinado produto ou serviço.

As primeiras formas de concentração empresarial ocorreram no século XIX, principalmente nos setores ferroviário, têxtil, siderúrgico e petrolífero. Eram os *trustes*: forma de oligopólio que se desenvolve quando há um acordo entre empresas que abrem mão de sua independência legal e se unem para constituir uma única organização. Essas empresas se unem objetivando o controle total dos mercados e o fim da livre concorrência. Os trustes podem ser:

- *Horizontais*: constituídos por diversas empresas que trabalham com o mesmo ramo de produtos.
- *Verticais*: formados por empresas que cuidam de todo o processo de produção: desde a matéria-prima até o produto acabado. Por exemplo, uma empresa que controla a plantação de cana-de-açúcar e também a produção industrial de açúcar e álcool.

Quando empresas independentes ou trustes fazem produtos semelhantes e têm acordos entre si

para dominar o mercado desses produtos, estabelecendo valores comuns, divisão de mercados e eliminação da concorrência, tem-se a formação de *cartéis*. É o que ocorre, por exemplo, com as montadoras de veículos, empresas de tabaco, de exploração de petróleo, etc.

Por isso, em muitos países há leis que proíbem a formação de cartéis, uma vez que estes inibem a concorrência na área em que atuam e prejudicam o consumidor.



Reprodução/Governo Federal/Ministério da Justiça

- ▶ No Brasil, a formação de cartel é crime, previsto na Nova Lei Antitruste (NLAB), aprovada em 2011. O órgão responsável pela fiscalização das empresas é o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que faz parte do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

Estado: empresário e planejador

O Estado reforçou seu duplo papel como agente econômico: o de *empresário*, como proprietário de empresas (estatais), e o de *planejador*. Assim, passou a intervir diretamente na economia.

O principal teórico e defensor da intervenção estatal na economia oligopolizada foi o inglês John

Maynard Keynes (1883-1946), em sua obra *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Suas ideias ficaram conhecidas como *teoria keynesiana*, ou *keynesianismo*.

O keynesianismo deu início a uma época de importantes programas de intervenção pública, ação social e reativação de indústrias nacionais com políticas protecionistas.

O Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*) deveria suprir as necessidades básicas da população, preocupando-se com as condições de saúde e de trabalho, com a educação e o sistema previdenciário.

Em 1933, o democrata Franklin Delano Roosevelt, então presidente dos Estados Unidos, decidiu intervir na economia com um plano que se orientava pelas ideias de John Maynard Keynes. Esse plano ficou conhecido como *New Deal*, ou “Novo Acordo”, e foi fundamental para a recuperação da economia norte-americana. Entre as ações adotadas por Roosevelt destacam-se a geração de empregos em obras públicas, a criação do seguro-desemprego, o controle dos preços de produtos industrializados e agrícolas, o apoio aos pequenos empresários e agricultores, entre outras medidas.

No Brasil, a intervenção estatal na economia foi a marca da Era Vargas (1930-1945).



▼ Durante a década de 1930, pondo em prática a política do *New Deal*, o governo dos Estados Unidos criou empregos em “frentes de trabalho” que atuaram na recuperação de estradas, aeroportos e parques nacionais. Na foto, trabalhadores recuperam floresta de um parque nacional.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), novos acontecimentos mudaram a dinâmica do capitalismo, como veremos a seguir.

● Capitalismo financeiro depois da Segunda Guerra Mundial

Um dos grandes acontecimentos do século XX foi o fim dos impérios coloniais entre 1945 e 1975. As novas nações independentes, em sua maioria localizadas na África e na Ásia, passaram a fazer parte do grande bloco de países subdesenvolvidos, então chamados Terceiro Mundo, do qual também

faziam parte as antigas colônias da América, com exceção dos Estados Unidos e do Canadá.

Nesse contexto, estabeleceu-se a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), denominação clássica que caracterizava as relações entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos não industrializados, como se pode ver no esquema a seguir.



Com a independência política do então Terceiro Mundo e a oligopolização dos mercados, as *empresas multinacionais*, hoje chamadas, mais apropriadamente, *transnacionais*, mantiveram a sede em seu país de origem e abriram unidades de produção em países subdesenvolvidos para conseguir menores custos de matéria-prima, mão de obra, incentivos fiscais e mercado consumidor. Isso criou condições para que esses países se industrializassem. Foi o que aconteceu com Brasil, México, Argentina, Índia e África do Sul, em uma primeira etapa, e, mais tarde, com Cingapura, Taiwan, Coreia do Sul e Hong Kong, os chamados Tigres Asiáticos.

Com a industrialização de alguns países subdesenvolvidos e a crescente movimentação de capitais na economia mundial, outra Divisão Internacional do Trabalho passou a vigorar com a DIT clássica, expressando as relações entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos industrializados.

Essa nova DIT é muito mais complexa, pois envolve o fluxo de mercadorias e de capital, de ambos os lados, isto é, os novos países industrializados deixaram de ser unicamente fornecedores de matéria-prima para os países desenvolvidos. Observe, no esquema abaixo, como se estabeleceram essas novas relações.



Em meados do século XX, com a superação da crise, a economia retomou seu crescimento, fazendo com que a concentração empresarial se tornasse mais complexa. Foi quando surgiram os conglomerados, constituídos por empresas que diversificam sua produção para dominar a oferta de determinados produtos ou serviços. Geralmente, os conglomerados são administrados por uma **holding**, que pode ser definida como o estágio mais avançado do capitalismo monopolista.

Holding: empresa criada para administrar outras. A holding detém a maioria das ações.

Rubens Chaves/Arquivo da editora/
Citação das marcas apenas para fins didáticos.



▼ Em 2008 foi criada no Brasil a maior **holding** financeira do hemisfério sul com a fusão dos bancos Itaú e Unibanco. A Itaú Unibanco Holdings S.A., como foi denominada, faz parte de um conglomerado que atua também nos ramos de louças e metais sanitários, papel e celulose, informática e produtos químicos, administrado por uma **holding** maior, a Itaúsa. Sede da Itaúsa em São Paulo (SP). Foto de 2016.

Exemplos de conglomerados são a japonesa Mitsubishi, que fabrica desde automóveis até eletrônicos e canetas; a coreana LG, que em sua produção diversificada atua nos setores químico, de energia, de eletrônicos, de finanças e serviços, de telecomunicações e outros. Dentro dos conglomerados, pode-se também encontrar trustes verticais e horizontais.

Também nesse período surgiram novas invenções, como os primeiros computadores (1946), o **transistor** e os satélites artificiais, e novos materiais, como diversos tipos de plástico (desenvolvidos pela indústria petroquímica), fertilizantes agrícolas e inúmeros outros produtos que envolvem tecnologia de ponta e vultosos investimentos controlados por grandes corporações empresariais.

Transistor: componente eletrônico que desde 1950 é utilizado como amplificador e interruptor de sinais elétricos.

Como consequência da utilização das novas tecnologias, o capitalismo foi se tornando informacional e incorporou cada vez mais o conhecimento à atividade produtiva, levando a economia a iniciar sua jornada rumo à globalização.

Capitalismo informacional

Após a segunda metade do século XX, os computadores e as tecnologias de comunicação se aperfeiçoaram e permitiram o armazenamento de dados e a transmissão de informação com velocidade cada vez maior. Isso tornou possível a reestruturação do modo de produção capitalista, fazendo com que esse sistema entrasse na era informacional. O processo industrial baseado em pesquisas que levaram ao desenvolvimento e aprimoramento das tecnologias de informação caracteriza a Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Técnico-Científica-Informacional.

Segundo o sociólogo espanhol Manuel Castells (1942-), desde as décadas de 1960 e 1970, é possível falar em capitalismo informacional. A partir desse período, o conhecimento tornou-se tão importante que empresas passaram a investir bilhões de dólares em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Nessa nova etapa do capitalismo, os avanços tecnológicos podem agregar mais valor aos produtos fabricados ou serviços oferecidos e proporcionar melhorias na produção por meio do processamento de informações e da expansão das atividades que fazem parte do setor terciário, como as atividades financeiras, os transportes e os serviços em geral.

Surge, assim, uma sociedade pós-industrial, chamada **sociedade da informação**, que se torna parte de uma economia global, devido às novas tecnologias de comunicação e de transporte. Os principais componentes dessa economia, como consumo, circulação, trabalho, matéria-prima, tecnologia e mercado funcionam em escala mundial, daí chamarmos globalização esse processo de fortalecimento do capitalismo desde a última década do século passado.

Sociedade da informação: termo característico da globalização; é usado para designar um estado ou condição da sociedade, em que as atividades de produção e distribuição da informação costumam exercer um papel importantíssimo na produção da riqueza e na melhoria do nível de vida.

Dessa forma, segundo o sociólogo, a dependência econômica dos fluxos informacionais garante poder a quem domina e controla suas tecnologias,

tornando as regiões excluídas cada vez menos importantes no cenário da economia global e consolidando uma nova Divisão Internacional do Trabalho, na qual é possível distinguir:

- *Produtores de alto valor, que mantêm seus negócios com base no trabalho informacional:* centros industriais de alta tecnologia (informática, biotecnologia, robótica, telecomunicações, aeroespaciais, etc.), como Bangalore (Índia), Campinas e São José dos Campos (Brasil), Vale do Silício (Califórnia, Estados Unidos).
- *Produtores de grandes volumes, com trabalho de menor custo:* países e regiões que obtêm grande produção com mão de obra não qualificada (de baixo custo), como México, Argentina, Brasil, China.
- *Produtores de matérias-primas que são recursos naturais:* a maioria dos países da África, da América Latina e da Ásia, que são produtores e exportadores de minérios e de produtos agrícolas. Esse grupo enfrenta também o fato de as matérias-primas estarem desvalorizadas em relação aos produtos de alta tecnologia.
- *Produtores cujo trabalho perde valor nesse sistema:* regiões nas quais o desemprego é expressivo e crescem o trabalho informal e o subemprego.

Como você pode perceber, a nova DIT não segue as fronteiras nacionais. As diversas categorias podem ser encontradas em um mesmo país, seja ele desenvolvido, seja em desenvolvimento. Por exemplo, no Brasil existem centros de alta tecnologia, como Campinas e São José dos Campos; regiões com agroindústrias, como o planalto ocidental paulista, onde se encontram as cidades de Araçatuba, Presidente Prudente, Catanduva, entre outras; e centros produtores de matérias-primas minerais e agrícolas, como o Complexo de Carajás, no Pará.

Três fatores conjugados dão aos lugares a classificação de excelência: o conhecimento de altas tecnologias, o nível educacional da população e a mão de obra qualificada.

● Neoliberalismo

Nas décadas de 1970 e 1980 houve uma redefinição das práticas do liberalismo econômico clássico. Para reestruturar as economias, surgiu uma nova doutrina econômica: o *neoliberalismo*, que cresceu e praticamente dominou a economia mundial na década de 1990 e na primeira década do século XXI.

A teoria neoliberal nasceu na Europa e na América do Norte como uma reação ao Estado intervencionista e ao Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*). O economista e sociólogo alemão Alexander Rüstow (1885-1963) foi o criador do termo neoliberalismo, que teve entre seus principais defensores o economista estadunidense Milton Friedman (1912-2006).

O governo de Margaret Thatcher, no Reino Unido (1979-1990), foi o primeiro, entre os países desenvolvidos, a adotar o programa neoliberal, no final da década de 1970. Logo depois, na década de 1980, Ronald Reagan fez o mesmo em seu governo nos Estados Unidos (1981-1989). Entre os países não desenvolvidos, o Chile foi o neoliberal pioneiro, durante a ditadura do general Pinochet, nos anos 1970.

Para os neoliberais, o objetivo do capitalismo estava ameaçado pelas reivindicações trabalhistas (sindicatos) e pelos gastos sociais. Cortar os gastos e manter uma taxa de desemprego que diminuísse o poder dos sindicatos foram algumas soluções apontadas para resolver o problema.

Entre as medidas propostas pelo neoliberalismo destacavam-se as recomendações direcionadas especificamente aos países pobres, incentivando redução de impostos, abertura econômica para importações, entrada livre de capital estrangeiro, privatizações e desregulamentação da economia. Todas essas medidas reduziam as barreiras ao fluxo de mercadorias e capitais, favorecendo os países desenvolvidos.

- ▼ Há alguns anos o Brasil tem intensificado seus investimentos em alta tecnologia. Na imagem, acelerador de partículas Sirius, no Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas (SP). Foto de 2013.



A Terceira Via

O neoliberalismo, entretanto, não era uma unanimidade mundial.

Entre os que tentaram questionar essa teoria estão os representantes da política social-democrata europeia, que prometia promover a justiça social denominada Terceira Via. Seus principais idealizadores foram: Tony Blair, no Reino Unido (1997-2007), Lionel Jospin, na França (1997-2002) e Gerhard Schröder na Alemanha (1998-2005). A Terceira Via perdeu força por falta de propostas concretas e imediatas e pela impossibilidade de convivência com o neoliberalismo, que dominou a economia mundial nesse período.

As crises do capitalismo na globalização

O capitalismo, por suas próprias características, não é imune a crises econômicas e monetárias. Já vimos o que aconteceu em 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York. Nessa nova fase do capitalismo financeiro, denominada globalização, esses eventos continuaram a ocorrer.

Moa/Acervo do cartunista



▼ Charge do cartunista Moa, que ironiza os reflexos da crise imobiliária de 2008 nos Estados Unidos, que repercutiu em todo o planeta.

De modo geral, essas crises variam conforme as peculiaridades das economias atingidas e têm como consequências: desvalorização das moedas nacionais; queda no preço de títulos de dívida e retirada de capital estrangeiro; queda do Produto Interno Bruto (PIB), da produção, do consumo, das Bolsas de Valores e aumento do desemprego. Todos esses problemas exigem a intervenção dos governos na política econômica e põem o neoliberalismo em xeque.

A novidade é que nesta época de mercados globalizados e da Terceira Revolução Industrial as economias estão cada vez mais interligadas e os efeitos causados pelas crises se espalham rapidamente atingindo a economia mundial como um todo, com uma velocidade nunca antes experimentada.

Foi o que aconteceu com a primeira crise dessa nova fase do capitalismo globalizado: iniciou-se em 1997, na Tailândia, e afetou países como Indonésia, Malásia, Coreia do Sul, Filipinas e Japão, principal economia da **Bacia do Pacífico**. Ficou conhecida como “a crise que deu a volta ao mundo”, por ter começado na Ásia e atingido outras economias emergentes, em outras partes do globo, como México, Rússia, Brasil e Argentina.

A maior crise financeira dos mercados globalizados ocorreu mais tarde, na década de 2000, atingindo os países desenvolvidos. Por sua intensidade e duração é denominada *Grande Depressão do século XXI*.

Bacia do Pacífico: bloco econômico informal, isto é, sem tratado assinado, formado por países que na década de 1990 tinham suas economias muito ligadas ao Japão, como os Tigres Asiáticos.

A Grande Depressão do século XXI

Esse momento negativo da recente história financeira global envolveu dois marcantes eventos interligados: a crise dos **subprimes** nos Estados Unidos e a crise da dívida pública na União Europeia.

Subprime: o mesmo que crédito de “segunda linha”, ou seja, são empréstimos de alto risco para pessoas com histórico de inadimplência e que não oferecem garantias suficientes para obter um crédito de “primeira linha”. Nesse tipo de empréstimo, o risco de calote é grande, por isso a taxa de juros cobrada é elevada.

Crise dos subprimes

Para muitos economistas, a Grande Depressão do século XXI foi consequência de um processo que se iniciou com o chamado “estouro da bolha” da internet. Entre 1995 e 2001, as ações das empresas criadas

após o fenômeno da internet foram superestimadas pelo mercado e tiveram uma valorização irreal. Foi criada até mesmo uma bolsa de valores dedicada exclusivamente à área de alta tecnologia: a Nasdaq.

Passada a euforia, veio “o estouro da bolha”, o momento em que muitas empresas fecharam, a Nasdaq despencou e investidores perderam enormes quantidades de dinheiro.

Para compensar esses investidores, o governo dos EUA resolveu encaminhá-los para o setor imobiliário. Com as facilidades oferecidas nesse mercado, criou-se uma nova “bolha” que estourou em 2008, na maior crise econômica ocorrida no país depois de 1929, a chamada crise dos *subprime*.

No entanto, o crescimento do setor imobiliário, da forma como foi conduzido, também se mostrou insustentável. Durante um tempo esse setor cresceu, movido pelas compras de famílias que tinham, naquela ocasião, condições de pagar seus empréstimos. Quando esse segmento se esgotou, os bancos recorreram a uma clientela que não tinha comprovação de renda e com histórico negativo de crédito, criando as **hipotecas subprime**.

O público-alvo desses empréstimos era pejorativamente denominado NINJA (*no income, no job, no assets*; em português: sem renda, sem emprego, sem patrimônio). Esse público foi atraído pelo fato de não serem cobrados juros na vigência inicial das hipotecas, mas que se tornaram altíssimos com o passar do tempo. Sem poder arcar com os juros das dívidas, esses clientes solicitavam uma nova hipoteca, confiantes na valorização de seus imóveis. Na prática, eles se endividavam para honrar seus compromissos. Quando os imóveis foram postos à venda, seus valores haviam despencado, pois o seu grande número tornou a oferta maior que a procura.

Assim estourou a bolha imobiliária que causou a falência de bancos no mundo todo. O caso mais emblemático foi o do banco **Lehman Brothers**, nos Estados Unidos.



Nicholas Roberts/Agência France-Presse. A imagem reproduz a marca apenas para fins didáticos.

▼ Fachada da sede do banco Lehman Brothers, em Nova York, Estados Unidos, em 2008. Esse banco foi uma das grandes instituições financeiras que pediu falência durante a crise.

● A crise da dívida pública

A crise dos *subprimes* não só abalou a economia dos Estados Unidos, mas também atingiu bancos europeus, que perderam investimentos e capital. Em uma tentativa de ajudar esses bancos a amenizar a crise, alguns países da União Europeia passaram a gastar mais do que arrecadavam, aumentando muito suas **dívidas públicas**. Ainda assim, o bloco enfrentou, em 2009-2010, uma turbulência que ficou conhecida como crise da dívida pública da *Zona do Euro*. Leia mais a respeito no Capítulo 21.

Hipoteca: contrato no qual um imóvel ou qualquer outro bem patrimonial é utilizado como garantia de pagamento de uma dívida contraída. Caso essa dívida não seja paga, o credor pode executar a hipoteca, ou seja, pode tomar posse do imóvel.

Lehman Brothers: banco de investimento de ação global, sediado em Nova York; pediu falência em 2008, agravando a crise.

Dívida pública: termo usado para designar a dívida de um governo, seja de um país, seja de qualquer divisão administrativa.

Ampliando o conhecimento

Estamos entrando na era pós-capitalista

O jornalista britânico Paul Mason lançou em 2015 um livro no qual reflete sobre o fim do capitalismo como o conhecemos. O pós-capitalismo seria uma sociedade sem mercado, na qual as pessoas trabalhariam menos, e em que matérias-primas, energia e alimentos não seriam abundantes.

Para Paul Mason, “no coração da nova mudança o que se vê é a tecnologia da informação, novas formas de

trabalho e da partilha da economia. Os antigos caminhos vão levar um longo tempo para desaparecer, mas é hora de ser utópico”. [...]

Ele deixa claro que o capitalismo não será abolido por técnicas de marcha forçada ou protestos dos velhos sonhos da esquerda. O processo de tecnologia criou uma nova rota para além, que os remanescentes da velha esquerda — e todas as outras forças influenciadas por ela — terão de abraçar ou morrer. O capitalismo, segundo o autor, vai ser abolido com a remodelação da economia

em torno de novos valores e comportamentos. Eu chamo isso de “pós-capitalismo”, diz ele. [...]

Na opinião do economista, essas mudanças e esses valores que vão caracterizar o pós-capitalismo serão possíveis por causa de três grandes mudanças trazidas pela tecnologia da informação nos últimos 25 anos. Primeiro, reduziu a necessidade de trabalho, aparou as arestas entre trabalho e tempo livre e afrouxou a relação entre trabalho e salários. A próxima onda de automação, atualmente num impasse, porque a nossa infraestrutura social não pode arcar com as consequências, vai diminuir a enorme quantidade de trabalho necessário — não apenas para subsistir, mas para proporcionar uma vida digna para todos.

Em segundo lugar, a informação está corroendo a capacidade do mercado para formar preços corretamente. Isso é porque os mercados são baseados em escassez, enquanto a informação é abundante. O mecanismo de defesa do sistema é formar monopólios — as empresas gigantes de tecnologia — em uma escala não vista nos últimos 200 anos, mas eles não podem durar. Por meio da construção de modelos de negócio e partes das avaliações baseadas na captura e privatização de todas as informações socialmente produzidas, essas empresas estão construindo um edifício corporativo frágil em desacordo com a necessidade mais básica da humanidade, que é a utilização de ideias livremente.

Em terceiro lugar, estamos vendo o surgimento espontâneo da produção colaborativa: bens, serviços e organizações estão parecendo já não responder aos ditames do mercado e da hierarquia gerencial. [...]

Segundo a análise de Mason, a crise de 2008 reduziu 13% da produção global e 20% do comércio global. O crescimento mundial tornou-se negativo — em uma escala em que qualquer coisa abaixo de mais de 3% é contada como uma recessão. Produziu, no Ocidente, uma fase de depressão maior do que a de 1929-1933, e mesmo agora, em meio a uma recuperação pálida, deixou economistas aterrorizados com a perspectiva de estagnação de longo prazo. Os tremores secundários na Europa estão rasgando o continente distante.

As soluções têm sido austeridade monetária excessiva. Mas isso não está funcionando. Nos países mais atingidos, o sistema de pensões foi destruído, a idade de aposentadoria subiu para 70, e a educação está sendo privatizada de modo que os formandos enfrentam agora uma vida de alto custo. Os serviços estão sendo desmantelados e projetos de infraestrutura colocados em espera. [...]

Enquanto isso, na ausência de qualquer modelo alternativo, as condições para uma nova crise estão sendo montadas. Os salários reais caíram ou permaneceram estagnados no Japão, no sul da Zona do Euro, nos EUA e no Reino Unido. A sombra do sistema bancário foi remontada, e é agora maior do que era em 2008. As novas regras exigem que os bancos segurem mais reservas que foram diluídas ou atrasadas. Enquanto isso, a lavagem de dinheiro é livre, e o dinheiro se concentra em 1% dos mais ricos. [...]

JORNAL do Brasil, 6 dez. 2015. Disponível em: <www.jb.com.br/economia/noticias/2015/08/04/the-guardian-o-fim-do-capitalismo-ja-comecou/>. Acesso em: 6 dez. 2015. (Adaptado.)

Refletindo sobre o conteúdo



1.  **Geografia e História** Leia o texto de um historiador, estudioso das obras de Karl Marx.

Enquanto o capitalismo mundial estiver passando por sua maior crise desde o começo da década de 1930, será improvável que Marx saia de cena.

HOBBSAWM, Eric. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 16.

- a) Relacione as ideias de Marx com o que estudamos neste capítulo.
 - b) Cite duas características da atual crise capitalista.
2.  **Geografia, História e Sociologia** Leia o texto a seguir e depois faça as atividades.

O desenvolvimento do capitalismo no pós-Segunda Guerra Mundial deve ser entendido como o processo de

consolidação dos oligopólios internacionais que deu origem às empresas multinacionais, sejam elas cartéis, trusts ou monopólios industriais e/ou financeiros [...] As multinacionais são, portanto, a expressão mais avançada de um capitalismo que, a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que por sua vez permitiram superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais [...]

ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012. p. 242, 245-246.

- a) Cite duas características das empresas multinacionais ou transnacionais.
- b) Identifique cinco dessas empresas, o país onde está a sede de cada uma delas e descreva o ramo em que atuam.